

ANEXO V - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIAS

1. CONTEÚDO DE DOMÍNIO COMUM

Público alvo: TODAS AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

1.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Sistema Único de Saúde e Política Social; Lei Orgânica de Saúde – Lei 8080 de 1990; Lei 8.142 de 1990. Planejamento de saúde e sistema de informação; Participação e controle social e política de saúde; Constituição do Sistema de Saúde Pública Brasileiro; Recursos humanos e avaliação em saúde; Educação em saúde e educação popular em saúde; Integralidade da assistência; Interdisciplinaridade; intersetorialidade; transdisciplinaridade; multiprofissionalidade.

BIBLIOGRAFIA:

BAPTISTA. T W de F. História das Políticas de Saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: MATTA, G C da. e PONTES. A L de M (org.) **Políticas de saúde: organização e operacionalização do sistema único de saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007. pp. 29 -60. Disponível em: http://www.retsus.fiocruz.br/upload/publicacoes/pdtsps_3.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRASIL. Ministério da Saúde/Gabinete da Ministra. **PORTARIA GM/MS Nº 1.604, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023**. Institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU). Publicado em: 20/10/2023 | Edição: 200 | Seção: 1 | Página: 87. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.604-de-18-de-outubro-de-2023-517547992>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Política Nacional de Humanização: Documento Base para Gestores e Trabalhadores do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaus documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf)

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS/** Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec_progestores_livro9.pdf

BRASIL. **Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm

BRASIL. **Portaria nº 529 de 1º de Abril de 2013.** Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, e atualizações.** Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 29 jun. 2011. Disponível em: Acesso em: 18 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm

FIGUEIREDO, G. de O; ORRILLO, Y A D . CURRÍCULO, POLÍTICA E IDEOLOGIA: ESTUDOS CRÍTICOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE. **Trabalho, Educação e Saúde, (ONLINE)**, v. 18, p. e0024880, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/N7QC9BGzyxdh5V7j7rbQJjR/>

MINAYO, MC de S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K. et al. (org.). **Impactos da Violência na Saúde.** [S. l.]: Ed Fiocruz, 2020. p. 21–42. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/p9jv6/pdf/njaine-9786557080948-04.pdf>

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é SUS.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, 148p (Coleções Temas em Saúde) SBN:978-85-7541-453-8. E-book interativo: 2015 (edição impressa: 2009). Apoio: FAPERJ. Disponível em: <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/4/>

PEDUZZI, M. et al.. TRABALHO EM EQUIPE: UMA REVISITA AO CONCEITO E A SEUS DESDOBRAMENTOS NO TRABALHO INTERPROFISSIONAL. **Trabalho, Educação e Saúde,** v. 18, p. e0024678, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/RLtz36Ng9sNLHknn6hLBQvr/#>

SILVA, Letícia Batista. Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. Revista Katálysis [online]. 2018, v. 21, n. 01, pp. 200-209. Disponível em:

https://www.siga.fiocruz.br/arquivos/ls/documentos/editais/616_2024%20-%20Edital%20de%20Residencia%20Multiprofissional%20-%20INI%20-%20Versao%20final25.08.23.pdf

2. CONTEÚDO POR ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE (ESPECÍFICA)

2.1. CURSO DE RESIDÊNCIA EM ENFERMAGEM

Público alvo: graduados em Enfermagem

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Ética em enfermagem e legislações do exercício profissional; Processo de enfermagem; Registro de enfermagem; Segurança do Paciente; Ações de Enfermagem na prevenção e controle de infecções associadas à assistência à saúde; Enfermagem clínica e cirúrgica.; Enfermagem nos eventos emergenciais e cuidado ao paciente crítico; Assistência de Enfermagem no centro cirúrgico; Enfermagem em Centro de material: limpeza de produtos para saúde. Acondicionamento guarda e distribuição de materiais estéreis; Ortopedia e Trauma Ortopédico.

BIBLIOGRAFIA:

ALEXANDER. Cuidados de Enfermagem no Paciente Cirúrgico. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

BRASIL, Lei n. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986/>

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 358, de outubro de 2009. Dispõe sobre a sistematização da assistência de enfermagem e a implementação do processo de enfermagem em ambientes públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 529, de 1 de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2013d. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pnsp>

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização. [2004]. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_fol_heto.pdf

-----BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em:

<https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-4-medidas-de-prevencao-de-infeccao-relacionada-a-assistencia-a-saude.pdf/view>

-----BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências RESOLUÇÃO - RDC Nº 15, DE 15 DE MARÇO DE 2012. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0015_15_03_2012.html

BULECHEK, G. M. et al. Classificação das intervenções em enfermagem (NIC).6.ed.Tradução de Denise Costa Rodrigues. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - Principais Legislações para o Exercício de Enfermagem. Disponível em: <http://www.portalcofen.com.br>

COREN-SP. Processo de enfermagem: guia para a prática / Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo; Alba Lúcia B.L. de Barros... [et al.] – São Paulo: COREN-SP, 2015. 113 p. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/SAE-web.pdf>

HINKLE J.L.; CHEEVER K.H. Brunner & Suddarth : Tratado de enfermagem médico-cirúrgica - 14. ed. - Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2020.

HERDMAN, T.H; KAMITSURU S. Diagnósticos de enfermagem da NANDA: Definições e Classificação 2021-2023. 12. ed. Porto Alegre: Artmed; 2021.

MOORHEAD, S. et al. Classificação dos resultados de enfermagem: mensuração dos resultados em saúde. Organização Alba Lucia Bottura Leite de Barros. 5. ed. Tradução de Alcir Fernandes, Carla Pecegueiro do Amaral e Eliseanne Nopper. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

NEVES, R.S. Sistematização na assistência de Enfermagem – SAE: Guia para o cuidado organizado. 1. ed. Quirinópolis GO. Editora IGM, 2020.

PORTO, C. C. Exame clínico. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

POTTER, P. A. PERRY A. G. Fundamentos de Enfermagem. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SIZINIO, K.H. e colaboradores. Ortopedia e Traumatologia: Princípios e práticas- 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOBECC. Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. Diretrizes de práticas em enfermagem cirúrgica e processamento de produtos para a saúde. 8ª edição, São Paulo: SOBECC, 2021.

TANNURE, M. C. SAE: sistematização da assistência de enfermagem: guia prático / Meire Chucre Tannure, Ana Maria Pinheiro. – 2. ed. – [Reimp.] - Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2011.

TASHIRO, M. e MURAYAMA, S. Assistência de Enfermagem em Ortopedia e Traumatologia. São Paulo: Atheneu, 2001.

2.2. CURSO DE RESIDÊNCIA EM FARMÁCIA

Público alvo: graduados em Farmácia

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Assistência farmacêutica e organização do serviço de farmácia hospitalar, no âmbito do Sistema Único de Saúde: legislação técnica e sanitária, seleção de medicamentos, logística hospitalar (programação, aquisição e armazenamento), distribuição e dispensação de medicamentos. Farmacotécnica Hospitalar. Farmacoepidemiologia, Farmacovigilância, serviço de informação de medicamentos, Farmácia Clínica e Cuidado Farmacêutico. Segurança do Paciente. Comissões interdisciplinares (farmácia e terapêutica, infecção hospitalar), Tecnovigilância, Hemovigilância, Gerenciamento de resíduos do serviço de saúde. Farmacologia Básica e Clínica. Ética Farmacêutica.

BIBLIOGRAFIA:

ALLEN Jr., Loyd V.; POPOVICH, Nicholas G.; ANSEL, Howard C. Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos - 9ª Ed. 2013.

BARBIERI, JC; MACHLINE, C. Logística hospitalar: teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BERMUDEZ, J. A. Z., ESHER, A., OSÓRIO-DE-CASTRO, C. G. S., VASCONCELOS, D. M. M. de ., CHAVES, G. C., OLIVEIRA, M. A., SILVA, R. M. da ., & LUIZA, V. L.. (2018). Assistência Farmacêutica nos 30 anos do SUS na perspectiva da integralidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 1937–1949. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.09022018>

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução n.º 449, de 24 de outubro de 2006. Dispõe sobre as atribuições do Farmacêutico na Comissão de Farmácia e Terapêutica. DOU 27/10/2006 - Seção 1, Pág. 157. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/449.pdf>

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução n.º 730, de 28 de Julho de 2022. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 04/08/2022 | Edição: 147 | Seção: 1 | Página: 102. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-730-de-28-de-julho-de-2022-420014045>

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução n.º 578, de 26 de julho de 2013. Regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/578.pdf>

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução n.º 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução n.º 586, de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/586.pdf>

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução n.º 724, de 29 de abril de 2022. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções ético-disciplinares. Disponível em: <https://admin.cff.org.br/src/uploads/legislacao/49e36abf4ea344d8c38da081ee058912dcb6a940.pdf>

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. Disponível em https://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 338/2004. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS. CONASS, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colecao_progestores_livro7.pdf

BRASIL. Decreto n.º 8.077, de 14 de agosto de 2013. Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d8077.htm

BRASIL. Lei n.º 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm

BRASIL. Lei n.º 13.732, de 9 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13732.htm

BRASIL. Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973 e atualizações. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15991.htm

BRASIL. Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976 e suas atualizações. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16360.htm

BRASIL. Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977 e suas atualizações. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16437.htm

BRASIL. Lei n.º 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19787.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n.º 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0067_08_10_2007.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n.º 87, de 21 de novembro de 2008. Altera o Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação em Farmácias. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2008/res0087_21_11_2008.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n.º 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n.º 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Protocolo de Segurança na Prescrição, uso e Administração de Medicamentos. Protocolo coordenado pelo Ministério da Saúde e ANVISA em parceria com FIOCRUZ e FHEMIG. 2013. Disponível em:
<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/protocolo-de-seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998; Política Nacional de Medicamentos. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998, suas complementações, anexos e atualizações. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 4.283, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 529, de 01 de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Cuidado Farmacêutico na Atenção Básica. Caderno 2: Capacitação para implantação dos serviços de clínica farmacêutica. Brasília: 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_farmaceutico_atencao_basica_saude_2.pdf

BRASIL. Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar - Padrões Mínimos em Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde, 3ed. 2017. Disponível em: <https://sbrafh.tecnologia.ws/padroes-minimos/>

BRUTON, L.L.; LAZO, J.S.; PARKER, K.L. Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 13 ed. 2018.

DIEHL, E.E.; SANTOS, R.I.; SCHAEFER, S.C. (org.). Assistência Farmacêutica no Brasil: Política Gestão e Clínica. Vol IV – Logística de Medicamentos. Editora da UFSC: Florianópolis. 2016. 152p.

DREISCHULTE, T., VAN DEN BEMT, B., STEURBAUT, S. et al. European Society of Clinical Pharmacy definition of the term clinical pharmacy and its relationship to pharmaceutical care: a position paper. Int J Clin Pharm 44, 837–842 (2022). <https://doi.org/10.1007/s11096-022-01422-7>

FERRACINI, F.T.; BORGES FILHO, W.M. Prática farmacêutica no ambiente hospitalar: do planejamento à realização. 2 ed. - São Paulo : Editora Atheneu, 2010. 416p.

FUCHS, F.D.; WANNMACHER, L; FERREIRA, M.B.C. Farmacologia Clínica. Fundamentos da terapêutica racional 3.ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 1074p.

KATZUNG, B. G.; VANDERAH, T. W. (org.). Farmacologia básica e clínica. 15. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

MARIN, N. (org.) et al. Assistência farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/84%20-%20MARIN%20N%20ET%20AL%20Assistencia%20Farmaceutica%20para%20gerentes%20municipais_2003.pdf

OSÓRIO-DE-CASTRO, C.G.S.; LUIZA V.L.; CASTILHO S.R.; OLIVEIRA M.A.O.; JARAMILLO N.J.(org.). Assistência farmacêutica: gestão e prática para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2014. 469 p. ISBN: 978-85-7541-442-2.

STORPIRTIS S. [org]. Ciências Farmacêuticas: Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

YANG, YI. Compreendendo a farmacoe epidemiologia [recurso eletrônico]/ Yi Yang, Donna West-Strum; tradução: Celeste Inthy; revisão técnica: Sotero S. Mengue. - Dados eletrônicos. - Porto Alegre: AMGH, 2013. Editado também como livro impresso em 2013. ISBN 978-85-8055-221-8.

2.3. CURSO DE RESIDÊNCIA EM FISIOTERAPIA

Público alvo: graduados em Fisioterapia

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Anatomia, Biomecânica e Cinesilogia Aplicadas à Fisioterapia em Traumatologia e Ortopedia. Fisiologia Humana. Cinesioterapia Aplicada à Fisioterapia em Traumatologia e Ortopedia. Fundamentos de Traumatologia e Ortopedia Aplicados à Fisioterapia. Raciocínio Clínico Fisioterapêutico em Traumatologia e Ortopedia. Princípios de Avaliação e Tratamento Fisioterapêuticos no Pré e Pós-Cirúrgico Adulto e Pediátrico de Cirurgias de Média e Alta Complexidades. Princípios de Avaliação e Tratamento Fisioterapêuticos no Pré e Pós-Cirúrgico de Amputados. Marcha Humana. Princípios de Avaliação e Tratamento Fisioterapêuticos no Pós-Cirúrgico Adulto e Pediátrico em Terapia Intensiva. Agentes Biofísicos Aplicados à Fisioterapia em Traumatologia e Ortopedia. Órteses e Próteses Aplicadas à Fisioterapia em Traumatologia e Ortopedia. Legislação Referente à Fisioterapia. Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO). Legislação referente à Fisioterapia. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br> .

CARVALHO, JA. Órteses - Um Recurso Terapêutico Complementar. Barueri: Manole, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Código de Ética. Resolução nº 424, de 08 de julho de 2013. Diário Oficial da União, nº 147, Seção 1, de 01/08/2013.

COOK, CE; HEGEDUS, EJ. Testes Ortopédicos em Fisioterapia. Barueri: Manole, 2015.

Diretrizes Brasileiras de Ventilação Mecânica 2013 (AMIB/SBPT). Disponível em: www.sbpt.org.br .

DRAKE, RL. Gray's Anatomia Para Estudantes. Elsevier Brasil, 2005.

DUTTON, M. Fisioterapia Ortopédica: Exame, Avaliação e Intervenção. São Paulo: Editora Artmed, 2010.

GUYTON, JE. Tratado de Fisiologia Médica. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2021.

HALL, SJ. Biomecânica básica. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2016.

KISNER, C; COLBY, LA. Exercícios Terapêuticos: Fundamentos e Técnicas. São Paulo: Editora Manole, 2021.

MACHADO, MGR. Bases da Fisioterapia Respiratória - Terapia Intensiva e Reabilitação. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2018.

MAGEE, D. Avaliação Musculoesquelética. São Paulo: Editora Manole, 2010.

NEUMANN, D. Cinesiologia do Aparelho Musculoesquelético: Fundamentos para a Reabilitação Física. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2018.

POUNTNEY, T. Fisioterapia Pediátrica. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

PRENTICE, WE. Modalidades Terapêuticas para Fisioterapeutas. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SHUMWAY-COOK, A; WOOLLACOTT, MH. Controle motor: teoria e aplicações práticas. São Paulo: Manole, 2002.

VOIGHT, ML; HOOGENBOOM, BJ; PRENTICE, WE. Técnicas de Exercícios Terapêuticos - Estratégias de Intervenção Musculoesquelética. Barueri: Manole, 2014.

2.4. CURSO DE RESIDÊNCIA EM NUTRIÇÃO

Público alvo: graduados em Nutrição

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Fundamentos de Nutrição e Metabolismo. Nutrição aplicada a Clínica cirúrgica e ortopédica. Alimentação e Nutrição na prevenção e Controle dos agravos ortopédicos. Interpretação de Exames Laboratoriais. Triagem, Avaliação e Diagnóstico Nutricional no ambiente hospitalar. Especificidades em Farmacologia e Nutrição: fitoterapia, nutrição funcional e interação droga e nutriente. Bases teóricas da Terapia Nutricional. Terapia Nutricional aplicada ao paciente crítico, a doença renal e a cicatrização de feridas. Alimentação e terapia Nutricional em cuidados paliativos. Gestão em alimentação hospitalar e planejamento dietético. Vigilância sanitária e análise dos alimentos.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU; E.S.; SPINELLI, M.G.N; PINTO, A.M. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Metha, 2011. 352p.

ALMEIDA-MURADIAN, Ligia Bicudo de; PENTEADO, Marilene de Vuono Camargo. Vigilância sanitária: tópicos sobre legislação e análise de alimentos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BRASPEN (Brazilian Society of Parenteral and Enteral Nutrition). Diretriz BRASPEN de Enfermagem em Terapia Nutricional Oral, Enteral e Parenteral. BRASPEN J 2021; 36 (Supl 3); 2-62.

BRASPEN (Brazilian Society of Parenteral and Enteral Nutrition). Avaliação Nutricional em Pacientes Críticos: Revisão da Literatura. BRASPEN J 2016; 31 (Supl 3); 269-77.

BRASPEN (Brazilian Society of Parenteral and Enteral Nutrition). Diretriz BRASPEN de Terapia Nutricional no Paciente com Doença Renal. BRASPEN J 2021; 36 (Supl 2); 2-22.

BRASPEN (Brazilian Society of Parenteral and Enteral Nutrition). Diretriz BRASPEN de Terapia Nutricional no Paciente Grave. BRASPEN J 2023; 38 (Supl 2); 2-46.

BRASPEN (Brazilian Society of Parenteral and Enteral Nutrition). Diretriz BRASPEN de Terapia Nutricional no Diabetes Mellitus. BRASPEN J 2020; 35 (Supl 4); 2-22.

CALIXTO-LIMA, L; REIS, NT. Interpretação de Exames Laboratoriais aplicados à Nutrição Clínica. Rio de Janeiro. Ed Rubio. 2012, 490p.

CUPPARI, L. Nutrição Clínica no adulto. 3 ed. São Paulo: Manole, 2014, 569p.

DOMENE, Semíramis Álvares. Técnica dietética: teoria e aplicação. Rio de Janeiro: Guanabara Kogam, 2011

FIGUEIREDO, Roberto Martins. Armadilhas de uma cozinha. Barueri, SP: Manole, 2006.

FUCHS, Flavio Danni; WANNMACHER, Lenita. Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

GRAHAME-SMITH, D. G. Tratado de farmacologia clínica e farmacoterapia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

MADEIRA, Márcia; FERRÃO, Maria Eliza Marti. Alimentos conforme a lei. São Paulo: Manole, 2002.

MAHAN, L.K.; RAYMOND, J.L. Krause Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 14 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MEZOMO, I. F. B. A administração de serviços de alimentação. 4 ed. São Paulo, 1994. 469p.

MINIM, Valéria Paula Rodrigues. Análise Sensorial: estudos com consumidores. 2.ed. Viçosa: ED UFV, 2010

MONTEIRO, Jacqueline Pontes. Consumo alimentar: visualizando porções. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

PHILIPPI, Sonia Tucunduva. Nutrição e técnica dietética. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Manole, 2006- 2010.

PROENÇA, R.P.C.; SOUSA, A.A.S.; VEIROS, M.B. et al. Qualidade nutricional e sensorial na produção de refeições. Florianópolis: UFSC, 2008. 221p.

ROSA; C.O.B.; MONTEIRO, M.R.P. (org.). Unidades Produtoras de Refeições: uma visão prática. Rio de Janeiro: Rubio, 2014. 384p.

SEABRA DA SILVA, S.M.C.; MARTINEZ, S. Cardápio: guia prático para a elaboração. 2. ed. São Paulo: Roca, 2008. 279p.

TEIXEIRA, S. M. F. G.; OLIVEIRA, Z.M.C.; REGO, J.C.; et al. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. 1. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atheneu, 2007. 219p.

VIEIRA, M.N.C.M.; JAPUR, C.C. (coord.). Nutrição e metabolismo: Gestão da qualidade na produção de refeições. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 294p.

WAITZBERG, D, L. Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na Prática Clínica. 4 ed. Rio de Janeiro: Atheneu Rio, 2009, 3200p.

2.5. CURSO DE RESIDÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL

Público alvo: graduados em Serviço Social

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Questão social e serviço social. O serviço social na contemporaneidade. Serviço social: ética e legislação profissional. Seguridade social no Brasil. Política de Saúde. O projeto ético político profissional e o trabalho do assistente social na saúde. Políticas para Pessoas com Deficiência. Legislação brasileira.

BIBLIOGRAFIA:

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. – 4.ed. – São Paulo, Cortez Editora, 2008, cap. 2, p.47-81.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 2009. Pp 323-339 Disponível em: https://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf , acesso em: 20/12/2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3.ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017.

Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf , acesso em: 20/12/2023.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm , acesso em: 20/12/2023.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. – Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf , acesso em: 20/12/2023.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm , acesso em: 22/12/2023.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm , acesso em: 20/12/2023.

_____. Presidência da República. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm . acesso em: 20/12/2023.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm , acesso em: 20/12/2023.

BRAVO, M.I. de S. & MATOS, M.C. de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o debate. In: MOTA, A.E. (et. al.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. – 4ª ed. – São Paulo: Cortez; Brasília< DF : OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. pp. 197-217.

BRAVO, M.I. de S. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, A.E. (et. al.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. – 4ª ed. – São Paulo: Cortez; Brasília< DF : OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. pp. 88-110.

CAMPOS, Márcia Eurico. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia. In: CFESS. Diálogos do cotidiano- Assistente Social: reflexões para o trabalho profissional. Caderno 2. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf> , acesso em: 20/12/2023.

CFESS. Caminhos das residências em saúde: desafios na pandemia e imperativos de uma agenda de mobilização. 2º Seminário Nacional Residência em Saúde e Serviço Social. CFESS, Brasília (DF), 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2023-SemResidenciaCfessAbepss.pdf> , acesso em: 20/12/2023.

_____. Série assistente social no combate ao preconceito: discriminação contra a pessoa com deficiência. Caderno 7. 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno07-PCD-Site.pdf> , acesso em: 20/12/2023.

_____. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais (2). Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros para a Atuacao de Assistentes Sociais na Saude.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf) , acesso em: 20/12/2023.

_____. Código de Ética do/a Assistente Social. Texto aprovado em 13/3/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS. Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2011, p. 23-42. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf , acesso em: 20/12/2023.

CUNHA, Ana Carolina Castro P. Deficiência como expressão da questão social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 141, p. 303-321, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/pykStjJty9FMZZTDCdqGCcy/?format=pdf&lang=pt> , acesso em: 20/12/2023.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In SANTOS, C.M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs.) A dimensão técnico operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. – 3.ed. – São Paulo : Cortez, 2017. pp. 49-76.

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Celia Tamasso. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo? Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p.228-246, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/32749/23568> , acesso em: 20/12/2023.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. - 11. ed. - São Paulo, Cortez, 2007.

MATOS, M.C. de. Serviço social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2 nº 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS. Grafile, 2001. pp. 41-49. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf , acesso em: 20/12/2023

VELOSO, R. dos S. Tecnologias da Informação e Serviço Social: notas iniciais sobre o seu potencial estratégico para o exercício profissional (Information Technology and Social Work: notes on the strategic potential of the...). Doi: 10.5212/Emancipacao.v.10i2.517534. Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 10, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/766> , acesso em: 20/10/2023.

2.6. CURSO DE RESIDÊNCIA EM TERAPIA OCUPACIONAL

Público alvo: graduados em Terapia Ocupacional

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Terapia Ocupacional no Contexto Hospitalar. Terapia Ocupacional nas afecções traumatológicas e ortopédicas, acometimentos pós trauma, patologias osteo articulares, lesões nervosas periféricas dos membros superiores, deformidades congênitas, amputações. Tecnologia Assistiva, órteses , próteses e adaptações. Anatomia geral do aparelho locomotor. Anatomia do membro superior. Ocupação no contexto hospitalar. Legislação, ética e deontologia na Terapia Ocupacional.

BIBLIOGRAFIA:

AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION, A. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo - 3. ed. traduzida. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 26, n. esp, p. 1-49, 24 abr. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/97496/96423>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Série E – Legislação em Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 72 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf.

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática. Rio de Janeiro: Ed Guanabara Koogan, 2007.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Brasil) . Resolução nº 429 de 08 de julho de 2013. Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contextos Hospitalares e dá outras providências. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3191>

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional(Brasil). RESOLUÇÃO Nº. 415/2012 – Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro em prontuário pelo terapeuta ocupacional, da guarda e do seu descarte e dá outras providências. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3178>

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional(Brasil). Resolução Nº425, DE 08 DE JULHO DE 2013 – Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3188>

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional(Brasil). RESOLUÇÃO Nº. 316/2006 – Dispõe sobre a prática de Atividades de Vida Diária, de Atividades Instrumentais da Vida Diária e Tecnologia Assistiva pelo Terapeuta Ocupacional e dá outras providências. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3074>

CAZEIRO, Ana Paula; SANTOS, Êlcio Alteris; CHAGAS, José Naum Mesquita; ALMEIDA, Marcus V.M; BASTOS, Simone Maria. Terapia Ocupacional e as Atividades da Vida Diária, Atividades Instrumentais da Vida Diária e Tecnologia assistiva- ABRATO. Disponível em: <https://atividart.files.wordpress.com/2015/11/estudo-abrato-sobre-atividades-da-vida-dic3a1ria-atividades-instrumentais-da-vida-dic3a1ria-e-uso-da-tecnologia-asssitiva.pdf>

DE CARLO M.M.R, KUDO A. M. Terapia ocupacional em Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos. Editora Payá, 2018.

FREITAS, Paula Pardini. Reabilitação da Mão. São Paulo: Ed. Atheneu, 2006.

NUNES RKB; TAVARES TCF. Perfil ocupacional de pacientes traumato-ortopédicos atendidos pela terapia ocupacional em um hospital do oeste do Pará/Brasil. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2018. v.2(3): 621-638. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/15056>

OLIVEIRA,MCS. Estratégia para o tratamento conservador da camptodactilia de tipo III em crianças com síndrome de Beals-Hecht. CC BY-NC-ND 4.0 · Rev Bras Ortop (São Paulo). Disponível em: DOI: 10.1055/s-0041-1739401

PEDRAL, Claudia; BASTOS, Patricia. Terapia Ocupacional: metodologia e prática. 2ª. Edição. Rio de Janeiro : Rubio, 2013.

PIRES, Marilda C.B.; BASTOS, Simone. Terapia Ocupacional: Contribuições e Perspectivas no Atendimento à Pessoa Amputada. São Paulo: Livre Expressão. 2013.

SANTOS LP; Pedro TNF; Almeida MHM; Toldrá RC. Terapia ocupacional e a promoção da saúde no contexto hospitalar: cuidado e acolhimento. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2018. v.2(3): 607-620. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/16020>

TROMBLY LATHAM C.A., RADOMSKI, M.V., Terapia Ocupacional para disfunções físicas. 6ª. edição Ed. Santos. 2013.